



Ernesto Geisel: a imagem pública do Presidente que não gostava da mídia¹

Moisés Stefano Barel²

Faculdades Anhanguera (campi Limeira/SP e Santa Bárbara d'Oeste/SP) e Centro
Universitário Anhanguera (campus Leme/SP)

RESUMO

No início da década de 1970 o Brasil viveu um período de grande crescimento econômico e de ampla divulgação das ações governamentais através dos meios de comunicação para tentar legitimar o Regime Militar. Em março de 1974, assume a presidência da República o general Ernesto Geisel. O objetivo deste artigo é apresentar a campanha de propaganda ideológica realizada pelas revistas *Manchete* e *Veja* e pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, na construção da imagem pública do “candidato” e do futuro Presidente aos seus leitores. O trabalho foi realizado através de pesquisa histórica, análises documentais e estudo das edições selecionadas de cada um dos periódicos citados acima.

PALAVRAS-CHAVE: propaganda ideológica; imagem pública; comunicação.

TEXTO DO TRABALHO

Quando o general Ernesto Geisel subiu a rampa do Palácio do Planalto aos 15 de março de 1974 para tomar posse como presidente da República do Brasil, milhões de cidadãos sequer o conheciam. Por outro lado, dentro das Forças Armadas e perante a classe empresarial, este gaúcho, natural de Bento Gonçalves, era uma figura de notável credibilidade em razão de suas ações militares e trabalhos administrativos prestados ao País, quando comandou ou presidiu empresas estatais.

A nova administração federal iniciar-se-ia num momento em que existiam pressões da sociedade em prol da redemocratização. O Brasil despedia-se do governo do general Emílio Médici, marcado pelos “anos de chumbo”, pelo “milagre econômico” e por campanhas de propaganda política. Por outro lado, o novo mandatário era avesso a

¹ Trabalho apresentado do GT – Comunicação Organizacional, Relações Públicas e Propaganda, do Inovcom, evento componente do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na região Sudeste.

² Graduado em Jornalismo pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professor do curso de Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda, das Faculdades Anhanguera, nos campi Limeira/SP, Leme/SP e Santa Bárbara d'Oeste/SP. E-mail: moisesbarel@yahoo.com.br.



bajulações midiáticas em torno de si e do governo, para evitar a configuração de um sistema totalitário de administração perante o povo.

A partir da análise dos exemplares das revistas *Veja* e *Manchete* (pesquisa histórica), publicados entre 15 de janeiro e 15 de março de 1974, e de algumas edições que trouxeram fatos políticos mais relevantes no mesmo período nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (pesquisa histórica assistemática), buscaremos identificar características do trabalho governamental e jornalístico, de construção da imagem pública do presidente Ernesto Geisel, através de propagandas ideológicas, via imprensa. De acordo com Tânia Regina de Luca (2005, p. 118) a escolha de um jornal ou de uma revista como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa como instrumento de manipulação de interesses. Diante de tais informações, é possível afirmar que a neutralidade alardeada pela mídia é aparente, uma vez que as notícias são selecionadas e interpretadas de modo a favorecer os objetivos dos grupos sociais hegemônicos, que muitas vezes não podem ser alcançados sem o apoio da classe média e pobre.

A ideologia dos grupos dominantes e influentes na mídia manifesta-se nos noticiários, através da propaganda ideológica, cuja função, segundo Nelson J. Garcia (1990, p. 10-11), é “formar a maior parte das idéias e convicções dos indivíduos e orientar o seu comportamento social”. As idéias difundidas não deixam transparecer sua origem nem os objetivos a que se destinam. Por trás delas, existem grupos que precisam do apoio e participação de outros para a realização de seus intentos.

De Bento Gonçalves à Brasília

O primeiro desembarque da família Geisel no Brasil deu-se em 1883 com Guilherme Augusto Geisel. Em 1889, ele casou-se com Lydia Beckmann e aos 03 de agosto de 1907, nasceu Ernesto Geisel. Em 1919, Ernesto, o caçula dos irmãos Geisel concluiu o curso no Colégio Elementar. Em 1920, por influência dos irmãos Henrique e Orlando, decidiu ir para o Exército. Especializou-se em artilharia. Em 1930, já como 1º tenente, foi designado pelo Exército para servir na Paraíba.

Em novembro de 1932, assumiu a secretaria da Fazenda e Obras Públicas daquele Estado. Em entrevista à Maria Celina D’Araújo e Celso Castro (1998, p. 61-62), Ernesto afirmou que àquela fora sua primeira escola de administração pública. Em 1937, tornou-se capitão. Em 1943, major. Em 1952, coronel. Com a posse do presidente Café Filho (PTB) em 1954, serviu no Gabinete Militar. Em 1955, assumiu a chefia da refinaria de petróleo de Cubatão. Lá permaneceu até a posse de Juscelino Kubitschek.



Após JK assumir em 1956, Geisel pediu demissão da refinaria. Em 1957, passou a fazer parte do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Em 1960, serviu no Ministério da Guerra. Antes da posse de Jânio Quadros (UDN), em 31 de janeiro de 1961, exonerou-se do CNP. Dias depois, foi promovido a general-de-brigada. Antes de João Goulart (PTB) assumir a presidência, exonerou-se das funções na administração pública (FALCÃO, 1995, p. 124). Não simpatizava com o novo presidente da República.

Durante o ano de 1963, cumpriu apenas serviços burocráticos do Exército. Com a posse do general Castello Branco em 1964, foi nomeado chefe do Gabinete Militar da presidência da República. Um ano depois, sua patente foi elevada a general-de-Exército. Com a definição da sucessão presidencial em favor do general Arthur da Costa e Silva, em 1967, Ernesto Geisel foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), que realizava julgamentos de presos políticos.

Assim que o general Emílio Garrastazu Médici tornou-se presidente da República, em 1969, ele deixou o STM e foi chefiar a Petrobrás. A gestão de Ernesto Geisel frente à empresa foi austera. Em 1971 as expectativas dos militares “moderados” centraram-se nele, cuja candidatura à presidência era patrocinada pelo irmão e ministro do Exército, Orlando Geisel. Thomas Skidmore (2000, p. 299) afirma que, no início de 1973, “Médici e os oficiais da “linha-dura” já haviam perdido o controle da sucessão”.

Aos 18 de junho de 1973, o presidente Médici anunciou aos brasileiros a candidatura do general Geisel, juntamente com o projeto de Lei que regulava o funcionamento do Colégio Eleitoral para a escolha do novo Presidente, que realizar-se-ia em janeiro de 1974. Como “candidato” governista a vice-presidente foi escolhido o general Adalberto Pereira dos Santos. Eles iriam enfrentar os opositoristas do Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 15 de janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral cumpriu sua função simbólica de legitimar o Regime Militar, em Brasília. A dupla Geisel-Adalberto recebeu 400 votos, contra 76 de Ulysses-Barbosa Lima. Ronaldo Couto (2003, p. 135) diz que Ernesto foi o presidente militar de maior preparo técnico e experiência administrativa. Dois meses depois, ele foi empossado. Não possuía o encanto e cordialidade de outros homens públicos brasileiros, muito menos o apoio do povo, que quase nada sabia sobre ele.

Geisel levou para o Planalto um cabedal de experiência dos mais ricos para um general de Exército. Por outro lado, Ernesto detestava seu envolvimento pessoal em qualquer campanha de propaganda. As fotos oficiais mostravam agora um presidente cuja conduta austera era o oposto da fácil identificação do seu antecessor com jogadores da seleção campeã de futebol (SKIDMORE, 2000, p. 317-318).



Imagem pública: o que é e como se forma?

Ao longo do século XX, a política transformou-se numa atividade midiática e por consequência, os políticos tornaram-se “atores” que nos palcos dos diversos meios de comunicação existentes, exploram essa teatralidade para captar votos. As perspectivas mundiais deste início de século XXI apontam para uma profissionalização ainda maior deste processo, que começa a solidificar-se também na internet. Sobre este processo, Roger-Gérard Schwartzberg (1977, p. 09) diz que a política

outrora eram as idéias. Hoje, são as pessoas. Ou melhor, os personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo. Doravante, o próprio Estado se transforma em empresa de espetáculos, em “produtor” de espetáculos. A política se faz, agora, encenação. Agora, todo dirigente se exhibe e se dá ares de vedete. Por aí vai à personalização do poder. Fiel à sua etimologia. “Pessoa” não é uma palavra derivada do latim “*persona*”, que significa máscara de teatro?

Por imagem pública, entendemos a representação simplificada que emerge na mente dos eleitores, como síntese das sensações ou percepções acerca dos políticos (POYARES, 1998, p. 87). Schwartzberg (1977, p. 12) afirma que “a imagem serve de rótulo. Indica as características – reais ou supostas -, as performances deste ou daquele “produto” ou “marca” políticos”. À maioria dos eleitores não é facultado, nem possível, conhecer os políticos intimamente. Ficam, portanto, apenas com a imagem deles.

Wilson Gomes (2004, p. 268), crê que a construção/remodelação de imagens públicas de políticos se fundamenta no manuseio de três elementos: mensagens, fatos e configurações significativas e garante: “forma-se a imagem de alguém a partir do que ele (indivíduo) diz ou do que é dito sobre ele, do que ele faz, da sua capacidade reconhecida de fazer e do que dele é feito e, enfim, a partir do modo (estética – roupas, aparência física, linguagem corporal e verbal) como ele se apresenta”.

Toda construção/remodelação de imagens públicas de políticos, é fruto de um *mix* de atributos pessoais e de atributos funcionais dos postulantes a mandatos eletivos. De acordo com o sociólogo Francisco Ferraz (2004, p. 21), como atributos pessoais são compreendidos suas virtudes e seus defeitos pessoais, da vida privada, ou seja, que não têm conteúdo político. Os atributos funcionais possuem caráter político e dizem respeito às qualificações que são julgadas necessárias para o exercício de cargos públicos.

Ferraz (2004, p. 35-40), apresenta um resumo dos tipos de imagens públicas mais comuns no meio político:



Descrição da imagem	Principais características e deficiências do postulante
Constelação da competência	Preparo; Qualificado; Experiente; Capacitado; Eficiente. Defeitos: Tecnicismo burocrático e Frieza.
Constelação da firmeza	Capacidade decisória; Determinação; Força; Autoconfiança; Liderança; Persistência. Defeitos: Excessiva dureza; Autoritarismo e Arrogância.
Constelação do tocador de obras	Realizador; Bom administrador; Eficiente; Executivo; Pensa grande; Faz mais do que conversa; Resolve problemas. Defeitos: Corrupção e Negociatas.
Constelação da mudança	Progresso; Avanço; Transformações; Esperanças; Expectativas não realizadas ainda; Superação da rotina, do conhecido, do habitual; Ousadia; Visão; Novidade. Defeitos: Sonhador; Utópico; Não realista; Inexperiente e Demagogo.
Constelação da continuidade	Experiência; Capacidade realizadora; Seu passado; Progresso não dá saltos; Mudanças como o desdobramento da continuidade; Riscos da perda da continuidade; Conhecimento da comunidade e seus problemas. Defeitos: Estagnação; Repetição; Decadência e Atraso.
Constelação do radicalismo	Autoritarismo; Monopólio da verdade; Rejeição a acordos e negociações; Projetos utópicos; Radicalismo; Intransigência; Postura de luta contra adversários e inimigos assim percebidos pela ideologia. Defeitos: Pouco resultado eleitoral e Mensagem de difícil compreensão e retenção.
Constelação do populismo	Carisma vulgar; Protetor; Solidário; “Gente como a gente”; Astuto; Habilidoso; Superficial; Ignora dificuldades; Hostiliza outros políticos, tecnocratas, radicais e especialistas. Defeitos: Rejeição das camadas escolarizadas; Superficialismo e Otimismo exacerbado.

As notícias da “eleição” e da posse

Antes de começarmos a descrever como os jornais e revistas estudados construíram a imagem pública do general Ernesto Geisel, faz-se necessário dizer que em 1974, a imprensa brasileira sofria censura. Aos 09 de janeiro de 1967, foi aprovada a Lei 5250



(Lei da Imprensa), que admitia a apreensão de publicações pelo Ministério da Justiça. Com a edição do AI-5, aos 13 de dezembro de 1968, intensificou-se a censura à imprensa. Publicações foram apreendidas e seus responsáveis presos e torturados.³

A revista *Manchete*⁴ veiculada aos 12 de janeiro de 1974, destacou que o futuro presidente da República não permitiria que vazassem especulações sobre a composição de seu ministério. Aos 26 de janeiro daquele ano, em tom propagandista ela anunciou que “O Brasil tem novo Presidente”. Porém, deixou transparecer o fato de que milhões de brasileiros sequer sabiam quem era ele e apresentou-o ao seu público-alvo, formado por pessoas que não tinham na política, um de seus assuntos prediletos.

Aos 23 de fevereiro de 1974 a edição nº 1140 de *Manchete* publicou reportagens sobre os cenários econômicos do Brasil e do Mundo. Informou a seus leitores que “a continuidade administrativa do novo Presidente manterá o Brasil no rumo econômico certo” (MANCHETE, nº 1140, p. 18). Oito dias após o general Ernesto Geisel ter sido empossado, a revista em tom otimista, abriu sua cobertura jornalística-social na capa, retratando-o ao lado de sua mulher e agora primeira-dama, Lucy Geisel.

Na mesma edição, a reportagem “O novo Presidente em família”, apresentou-o de forma bastante informal, para contrapor-se ao imaginário nacional de que os generais-presidentes eram carrascos e indiferentes com o povo. Ernesto Geisel foi retratado em momentos descontraídos com a mulher, a filha Amália Lucy e a irmã Amália, que morava com a família presidencial. De acordo com o texto publicado por *Manchete*, espécie de apresentação pessoal-familiar-social,

[...] Dona Amália, sua irmã, diz que ele era um rapaz muito comportado na juventude. Dona Lucy por sua vez, sorri quando o repórter observa que, não obstante esse tempo todo de casados (34 anos, naquela ocasião. Casaram-se em 1940), o marido ainda lhe segura carinhosamente o dedo mínimo, durante a entrevista. Ernesto Geisel, Presidente do Brasil, é um homem vigorosamente sadio e simples. Olha franco e direto. Sorri e brinca, como qualquer um de nós (MANCHETE, nº 1144, p. 12).

³ Os veículos que não estavam submetidos à censura prévia, fossem os mais tradicionais ou alternativos, passaram a adotar a prática da autocensura. Smith (2000, p. 136) afirma que esta prática era tão prejudicial aos preceitos jornalísticos, quanto à censura prévia.

⁴ Criada em 1952 pelo imigrante russo, naturalizado brasileiro, Adolpho Bloch, veiculava em suas páginas pouco sobre política, muito sobre esportes, comportamento, cinema, culinária e coberturas sociais, das elites brasileiras e mundiais daquele período, no melhor estilo “Caras”. Sua linha editorial sempre se destacou pelo bom relacionamento com o governo, independentemente de quem fosse o presidente da República. Durante as décadas de 1970 e 1980 as tiragens chegaram a quase 500 mil exemplares semanais. Atualmente é publicada apenas em datas especiais.



A edição nº 1145 de *Manchete*, publicada aos 30 de março, trouxe em 15 páginas a cobertura jornalística-social da cerimônia de posse de Ernesto Geisel ocorrida havia 15 dias. Em toda a revista foram apresentados detalhes sobre o cerimonial de posse do presidente e do vice-presidente, da transmissão dos cargos ministeriais, da recepção e confraternização com as delegações oficiais vindas de outros países da América do Sul, EUA e Europa e da presença de várias personalidades brasileiras.

A revista *Veja*⁵, por sua vez, na edição publicada aos 16 de janeiro de 1974, dia seguinte à “eleição” do general Ernesto Geisel, veiculou a reportagem “Quinhentos apertos de mãos” e destacou que o novo Presidente foi cumprimentado por todos os seus “eleitores” da Arena. A cobertura registrada revela que até aquele instante a revista possuía certa liberdade editorial, pois publicou reportagem sobre Ulysses Guimarães, o “anticandidato” do MDB naquele pleito.

Na mesma edição, o magazine trouxe a seguinte afirmação a respeito do general Ernesto Geisel:

[...] É um competente administrador público, pois sua eficiência já foi testada em muitos postos da administração pública. No entanto, mistura as virtudes do candidato, com as virtudes do sistema preparado para elegê-lo, e supor que estas são responsáveis por aquelas, pode ser uma distração tão grande quanto falar em nome de todo o povo brasileiro, sem que este fosse chamado a manifestar diretamente sua opinião (VEJA, nº 280, p. 21).

Na semana seguinte, a edição nº 281, noticiou a eleição indireta do presidente Geisel. A revista limitou-se a fazer do novo Presidente a capa daquele exemplar e a publicar, em algumas páginas internas, informações sobre a sessão que sacramentara sua escolha. Esta edição também noticiou que Ulysses Guimarães declarou que o “general Ernesto Geisel foi um servidor honrado das Forças Armadas e tem experiência administrativa, para liderar o País” (VEJA, nº 281, p. 19).

A *Veja* publicada aos 30 de janeiro de 1974, destacou que até aquele instante existiam poucas certezas sobre a composição ministerial do governo Geisel. A edição seguinte

⁵ Fundada em setembro de 1968, esta revista do Grupo Abril, pertencente à família Civita, é atualmente a revista de informações semanais de maior circulação do Brasil. A partir de dezembro de 1969, o departamento censório do governo passou a atuar na revista. Até aquele instante, *Veja* estava incluída na relação de publicações que recebiam os “bilhetinhos” que traziam as “sugestões” dos assuntos que não deveriam ser publicados. Dois anos depois, em setembro de 1971, em sua edição de nº 169, a revista foi apreendida pela Polícia Federal, órgão responsável pela prática censória, após a publicação do Decreto-Lei 1077/70 que legitimou a prática da censura prévia. *Veja* reportava sobre o afastamento do governador do Paraná, Haroldo Leon Perez, por corrupção. Em 6/2/1974 *Veja* publicou a indicação de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife, como concorrente ao Prêmio Nobel da Paz daquele ano e partir daquela edição, especificamente por causa da veiculação desta informação, foi punida com a censura prévia. Um censor federal passou a estar diariamente na redação.



noticiou apenas o incêndio ocorrido no Edifício Joelma, em São Paulo e os acontecimentos subsequentes. Aos 13 de fevereiro de 1974, a edição 284, informou que em viagem ao Rio Grande do Sul, o presidente “eleito” deixou de visitar Bento Gonçalves, onde nasceu, para não deixar para trás a resolução de tarefas políticas.

Cinco dias após a posse de Ernesto Geisel na presidência da República, foi publicada a edição nº 289. Na capa, a publicação já deixou claro que a cobertura da sucessão presidencial seria o assunto principal daquela edição, ao retratar o momento em que Garrastazu Médici passava a faixa presidencial a seu sucessor. A cobertura jornalística mesclou a utilização de textos e fotografias, seguindo o padrão das *newsmagazines* semanais dos EUA.

Sob censura prévia, *Veja* procurou noticiar os fatos da transição na ordem cronológica em que eles aconteceram e publicou pouco a respeito da oposição naquela edição a fim de evitar que suas matérias fossem cortadas ou vetadas, ocasionando desta forma a perda dos registros históricos daquela cerimônia. Numa das poucas vezes que citou o MDB, retratou o situação do partido do modo negativo. Sobre o novo presidente da República, o periódico informou no final daquela edição:

Ernesto Geisel talvez seja o Presidente que até hoje (1974) no Brasil, tenha se preparado com mais tempo para o cargo, e as circunstâncias especiais em que ele foi eleito e assumiu, refletiram-se nos termos do discurso: quatro dias depois da posse, tinha dois projetos de lei, um projeto de lei complementar, um minucioso programa de Governo, um levantamento da situação nacional. Por isso, ele não precisou fazer promessas. Apresentou planos (VEJA, nº 289, p. 20).

Já *O Estado de S. Paulo*⁶, do domingo, 13 de janeiro de 1974, dois dias antes de o general Ernesto Geisel ser “eleito” presidente da República do Brasil, noticiou que “Em 74, só o estilo vai mudar”. Reportou que os hábitos do Presidente que saía eram muito diferentes dos daquele que iria ser “eleito”. “Garrastazu Médici, encarna o tipo de governante popular. Geisel possui experiência administrativa, mas é pouco conhecimento nacionalmente” (O ESTADO DE S. PAULO, nº 30305, p. 04).

⁶ Foi fundado aos 04 de janeiro de 1875. Chamava-se *A Província de S. Paulo*. Em 1964 o matutino alinhou-se à classe elitista-conservadora e apoiou o movimento militar que depôs João Goulart. Cria que a intervenção militar seria apenas transitória. Entre 1965 e o início de 1968, Fernando Jorge (1990, p. 101) diz que o jornal sofreu vários atentados à bomba. Quando evidenciava-se a perpetuação dos militares no poder, *O Estado de S. Paulo* passou a fazer oposição. Após ser submetido à censura prévia, o periódico começou a buscar meios para mostrar aos seus leitores que sofria intervenção de conteúdos. Oliveiros Ferreira, seu diretor de redação na época, dizia que se “os leitores percebessem que havia censura prévia, isso frustraria os cuidados do regime em mantê-la secreta” (SMITH, 2000, p. 117). A partir de então o jornal passou a publicar receitas e poemas no lugar dos textos censurados.



Aos 15 de janeiro de 1974, dia da “eleição” de Ernesto Geisel como presidente da República, o jornal veiculou a reportagem “Colégio homologa hoje a escolha de Geisel”. Ela afirmou que “a Arena está em clima de euforia pela certeza da vitória de seus candidatos” (O ESTADO DE S. PAULO, nº 30306, p. 04). No dia seguinte, *O Estado de S. Paulo* fez apontamentos acerca dos discursos proferidos pelo Presidente e por Ulysses Guimarães, na ocasião da “eleição” do militar.

Aos 14 de março de 1974, véspera da posse do general Ernesto Geisel na presidência da República do Brasil, *O Estado de S. Paulo* noticiou que “o Governo que se inicia amanhã começa com uma palavra de ordem impositiva e forte: trabalho” (O ESTADO DE S. PAULO, nº 30356, p. 03). Na sexta-feira, 15 de março de 1974, o matutino destacou na capa: “Geisel assume hoje a Presidência”. Nas páginas internas, o noticiário centrou-se na descrição de todo o cerimonial da posse.

Na manhã seguinte, chegou às bancas a primeira edição de *O Estado de S. Paulo* no período presidencial do general Ernesto Geisel. Na capa, sob o título “Ao assumir, Geisel faz apelo pela unidade”, o jornal destacou que após prometer cumprir a Constituição, o novo mandatário clamou por unidade no País. No editorial “O Presidente Geisel”, o jornal defendeu-o, depois de seus diretores serem informados sobre a intenção do governo de retirar-lhe a censura prévia.

[...] O Sr. general Ernesto Geisel é um soldado austero que não gosta de solenidades pomposas, nem de estridências oratórias. O dia da sua posse na presidência da República do Brasil foi para ele, sobretudo, o primeiro dia de trabalho. [...] Durante essas semanas de diálogos indiretos com o País, o general Geisel demonstrou possuir qualidades de consumado tato político. Falou muito pouco, mas nem por isso seu trabalho de sondagem das aspirações e juízos da coletividade, relativamente a problemas e pessoas, foi menos importante (O ESTADO DE S. PAULO, nº 30358, p. 03).

A *Folha de S. Paulo*⁷, de 15 de janeiro de 1974, anunciou em capa que “Geisel, em Brasília, espera a votação”. Segundo o jornal, os candidatos esperavam apenas o cumprimento cerimonial. A reportagem interna “Hoje, a partir das 9h, eleição do novo Presidente”, informou os leitores, como dar-se-ia a “eleição” do general Ernesto Geisel

⁷ Aos 19 de fevereiro de 1921 os empresários Olival Costa e Pedro Cunha fundaram o jornal Folha da Noite. Em julho de 1925 foi criada a Folha da Manhã, edição matutina da Folha da Noite. Em 1º de julho de 1949 foi lançada a Folha da Tarde. Em 1º de janeiro de 1960, após estudos comerciais, os três jornais fundem-se em um. Nascia a Folha de S. Paulo, que apoiou o golpe militar de 1964 porque considerou ter havido esquerdização do governo, informa Mário Magalhães (17/11/2005). A Folha não sofreu censura prévia, mas a autocensura imperou em sua redação durante o ciclo militar.



como o 21º presidente da República do Brasil. Noticiou-se, que Ulysses Guimarães confessara não ter esperanças de eleger-se.

No dia seguinte à posse, o periódico noticiou em capa: “Geisel eleito, por 400 votos a 76” e afirmou que “com uma margem de segurança muito ampla, o general Ernesto Geisel foi escolhido pela maioria dos delegados do Colégio Eleitoral, em sessão que durou 2 horas e meia” (FOLHA DE S. PAULO, nº 16290, p. 01). Outra reportagem interna apresentou informações pessoais e profissionais do novo mandatário da Nação, com destaque para suas experiências na administração pública.

Aos 15 de março de 1974, a *Folha de S. Paulo* noticiou em capa: “Às 10hs, Geisel é o Presidente”. O texto informou detalhes da cerimônia de posse, noticiando a ordem de cumprimentos, decoração das mesas, etc. Na manhã seguinte, o jornal publicou que o general Ernesto Geisel deve governar ao melhor estilo de sua personalidade: de forma discreta e profissional, valorizando o trabalho e não o glamour” (FOLHA DE S. PAULO, nº 16340, p. 08).

Considerações finais

Do novo Presidente, *Manchete* destacou sua capacidade administrativa, dedicação aos estudos, perseverança profissional, simplicidade pessoal, devoção familiar e respeito adquirido junto aos militares, políticos e empresários, além da aversão a bajulações sociais. O controle ideológico feito na revista deu-se, na área econômica (GARCIA, 1990a, p. 56). Todas as edições analisadas continham anúncios de empresas estatais como a Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

O tratamento dispensado por *Veja* na construção da imagem pública do general Ernesto Geisel, foi mais positivo do que imaginávamos, já que ela sofria censura prévia desde fevereiro de 1974. Suas reportagens que traziam informações sobre o novo Presidente mostravam-no como um homem dedicado ao trabalho e aos estudos, portador de experiência administrativa e patriota. O controle ideológico nela deu-se via censura prévia (GARCIA, 1990a, p. 54).

Em *O Estado de S. Paulo*, outro periódico que estava sob censura prévia entre a “eleição” e a posse de Ernesto Geisel, constatamos, após análise, que o novo Presidente foi retratado como um homem austero, avesso a ostentações e dedicado a suas funções. Percebemos que a maioria das manchetes do periódico sobre esta sucessão presidencial,



afirmava que o novo mandatário lidaria bem com as críticas da oposição e da sociedade. Acreditamos que isto foi uma estratégia para causar-lhe embaraços políticos.

A análise das edições da *Folha de S. Paulo* permitiu-nos constatar que este jornal limitou-se a fazer uma cobertura jornalística benevolente sobre Ernesto Geisel, no período entre sua “eleição” e posse. Informou-se que ele estava compromissado com a continuidade do desenvolvimento do Brasil e que era um homem bondoso e tolerante. Certamente o jornal apresentou-o de forma simpática a seus leitores, em razão do acordo político-financeiro que firmara com o governo (MAGALHÃES, 17/11/2005).

Baseado nestas informações consideramos que a imagem pública do general Ernesto Geisel, construída pelos meios de comunicação estudados, entre sua eleição indireta e posse, é um *mix* das qualidades de três tipos das imagens públicas políticas, categorizadas por Francisco Ferraz (2004, p. 35-40) e nomeadas de constelação. São elas: constelação da competência; constelação da firmeza e constelação do tocador de obras. Seus principais defeitos, não veiculados pela mídia em razão da censura, coincidem com alguns apontados nas constelações da competência e da firmeza.

Referências bibliográficas

COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964 – 1985. 4ªed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

D'ARAÚJO, M. C. e Castro, C. (orgs). **Ernesto Geisel**. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FALCÃO, A. **Geisel: do tenente ao presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERRAZ, Francisco. **A construção da imagem**: tipos de imagens mais freqüentes na política e como usar suas vantagens e desvantagens. Vol. 02. Porto Alegre: AD2000 Editorial, 2004. 42p.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 52, n. 16289, 15 jan. 1974; ano 52, n. 16290, 16 jan. 1974; ano 53, n. 16340, 15 mar. 1974 e ano 53, n. 16341, 16 mar. 1974.

GARCIA, N. J. **O que é propaganda ideológica**. 9ªed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.



JORGE, F. **Cale a boca, jornalista!** São Paulo: Vozes, 1990.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, M. **Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01 abr. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais.shtml> . Acesso em 17 nov. 2005.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 22, n. 1134, 12 jan. 1974 até ano 22, n. 1143, 16 mar. 1974.

POYARES, W. **Imagem pública: glória para uns, ruína para outros**. São Paulo: Globo, 1998.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 99, n. 30305, 13 jan. 1974; ano 99, n. 30306, 15 jan. 1974; ano 99, n. 30307, 16 jan. 1974; ano 99, n. 30356, 14 mar. 1974; ano 99, n. 30357, 15 mar. 1974 e ano 99, n. 30358, 16 mar. 1974.

SCHWARTZENBERG, R. **O estado espetáculo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SMITH, A. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VEJA. São Paulo: Abril, ano 06, n. 280, 16 jan. 1974 até ano 06, n. 289, 20 mar. 1974.